

## **ANEXO I - DECLARAÇÃO**

**1.-** Cláudio Isidoro Ferreira Dias, titular do cartão de cidadão n.º 10282609 9ZZ2, residente na Rua Fernando Pessoa, n.º17, 2.º, 3100-572 Pombal, na qualidade de representante legal da Caminhos, Lda, com NIF 506718999 e sede na Av.ª Heróis do Ultramar, n.º 89, R/C, 3100-462 Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo a execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “Certificação energética em diversos edifícios Municipais – Processo n.º 047\_AJD\_SA\_15, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2.-** Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Memória
- b) Proposta

**3.-** Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**4.-** Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) A gerência não foi condenada por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) A gerência não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e do n.º 1 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b9 do n.º 1 artigo 71.º da lei n.º 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º1 do art.º 460 do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) A gerência não foi condenada por alguns dos seguintes crimes:
  - a. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 97/773/JAI do Conselho;
  - b. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do acto do conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - c. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

- d. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva n.º91/308/CEE do Conselho, de 10 de Junho, relativa á prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- e. Não prestou, a qualquer titulo, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

**5.-** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

**6.-** Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

**7.-** O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente , em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 20 de Julho de 2015